

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2020/005

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO nº 02

Impugnação recebida em 11/01/2021, portanto, tempestiva, nos termos do item 5.2 do Edital.

Das alegações da impugnante

A impugnante alega, em resumo, a ocorrência de violação à competitividade e igualdade de condições entre os concorrentes, em decorrência da quantidade de estabelecimentos credenciados exigidos em edital. Sustenta que o quantitativo exigido não é razoável e que viola as regras mínimas do Decreto 5.450 c/c lei 8.666/93 e a lei 10.520/02. Afirma que qualquer forma preconizada no edital, para desempate, fora dos parâmetros legais, violam a legalidade/reserva legal, “(...) pois determina que a empresa vencedora deverá ter rede desproporcional, impedindo assim a livre concorrência”.

Ao final, foi requerida a retificação dos itens 3.4.1, 3.4.1.1 e 3.4.1.3 do edital, para estabelecer número razoável/proporcional de redes credenciadas ou pela emissão de parecer informando quais os fundamentos legais e o estudo técnico que embasaram a decisão que embasou os limites impostos nos itens citados. Em fecho, em caso de não alteração do edital, pugnou pela remessa da impugnação ao Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Da Análise

Inicialmente, é de se registrar que o BANDES, por força da lei nº 13.303/16, elaborou e publicou seu Regulamento de Licitações e Contratos, de forma que as licitações e contratações efetuadas por esta Instituição são por ele regidas. Assim, não há que se fazer menção à Lei nº 8.666/93, por ser impossível seu uso neste tipo de contratação.

No caso em apreço, a presente licitação objetiva a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de administração e fornecimento de cartões eletrônicos de alimentação e refeição para o BANDES.

Postula a impugnante a alteração do Edital de Pregão nº 2020.005 à alegação da ocorrência de restrição à competitividade em decorrência do quantitativo de estabelecimentos credenciados exigidos nos itens 3.4.1, 3.4.1.1 e 3.4.1.3.

Inicialmente, cumpre salientar que, ao contrário do que foi mencionado na impugnação apresentada, os parâmetros adotados para a adoção dos limites quantitativos dos estabelecimentos credenciados encontram-se devidamente justificados no termo de referência que integram o Edital de Pregão Eletrônico 2020.005. Veja-se:

“2. JUSTIFICATIVA

(...)

2.3. A rede mínima de estabelecimentos credenciados foi definida com base nas quantidades exigidas para o contrato vigente. Essa medida visa garantir as condições atualmente oferecidas aos empregados do BANDES, evitando assim que haja redução na

qualidade dos serviços oferecidos no tocante à rede disponível para utilização dos cartões magnéticos/eletrônicos alimentação e refeição, e ainda, buscando a melhoria contínua dessas condições. “

Observa-se, pois, que o parâmetro em questão fora adotado levando-se em consideração o padrão já estabelecido no contrato em curso, objeto de licitação pretérita, que atendeu às expectativas dos usuários e assegurou a manutenção da qualidade da prestação do serviço.

Assim, considerando-se que no contrato em trâmite - decorrente de pregão anterior - esta Instituição logrou obter resultado satisfatório, é de se reconhecer que os critérios até então adotados devam nortear o novo certame a ser realizado.

Ademais, levando-se em consideração os serviços até então prestados, forçoso reconhecer que a manutenção do quantitativo de estabelecimentos credenciados está diretamente relacionada à qualidade da prestação de serviços até então assegurada.

Lado outro, equivocava-se a impugnante ao alegar que o número de estabelecimentos credenciados servirá como critério de desempate. Como delineado claramente no item 16 do edital, o quantitativo em referência apenas será exigido por ocasião da contratação. Leia-se:

“16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Homologado o procedimento licitatório, o Licitante vencedor, através de seu representante legal, será convocado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, para assinar o termo de Contrato observada minuta constante do Anexo V (Minuta do Contrato) deste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.

(...)

16.2. O Licitante vencedor deverá ainda, **após convocado e no prazo concedido pelo BANDES**, comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual, atendendo as exigências previstas nos itens 3.4.1.1 a 3.4.1.4 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

16.2.1. A comprovação será através da apresentação da relação dos estabelecimentos credenciados (supermercados, hipermercados, restaurantes, padarias, entre outros).

16.2.2. O BANDES poderá fazer as diligências que entender necessárias para certificação do cumprimento da exigência.” (grifou-se)

Dessarte, ao contrário do que foi relatado pela impugnante, tal circunstância assegura a ampla participação no certame, que **não está condicionado ao atendimento dos limites ora impugnados como critérios de habilitação**.

É dizer, pois, que **desde a publicação do edital de abertura do certame** os interessados em participar poderiam - e podem - **ampliar o rol** de estabelecimentos credenciados/conveniados. **Mesmo findo o procedimento licitatório**, disporá o licitante vencedor - **até a data de sua convocação** - na fase contratual, da possibilidade de integrar novos credenciados ao rol de estabelecimentos já conveniados, em quantidade suficiente a atender as exigências de contratação contidas no Edital em comento.

Impende salientar, por oportuno, que o fato de uma empresa não conseguir atender às condições de contratação efetuadas no instrumento convocatório não malfere o princípio da razoabilidade. A intenção desta Instituição é alcançar a **melhor contratação possível**, tendo por parâmetro a **qualidade dos serviços alcançada na última licitação**, e – ao mesmo tempo – **privilegiar a participação de todos os interessados**, sopesando os interesses envolvidos e, portanto, favorecendo a proporcionalidade.

Vê-se, pois, que não há restrição à competitividade, somenos falta de isonomia, tendo sido garantido o respeito à impessoalidade, bem como preservada a razoabilidade, eis que os limites quantitativos utilizados apenas para fins de contratação da licitante vencedora asseguram a preservação da qualidade até então observada desde o último certame realizado.

Da Decisão

Por tais razões **INDEFIRO** a impugnação apresentada, mantendo as previsões referentes às exigências de contratação estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 2020/005.

Não há que se falar em remessa da presente decisão ao Tribunal de Contas do Estado, por ausência de previsão legal.

Vitória, 14 de janeiro de 2021.

Andressa Maria Gujansky Santana dos Santos
Pregoeira